

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.454 - RS (2019/0194367-2)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : R T D B  
**ADVOGADO** : CLÁUDIA CRISTIANE QUINTEIRO MACEDO - RS076409

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. PRONÚNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA N.º 283 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa no Recurso em Sentido Estrito n.º 70078287752 (0193987-64.2018.8.21.7000), assim ementado (fl. 1.096):

*"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. CRIMES CONEXOS. DECISÃO DE PRONÚNCIA MANTIDA.*

*1. Não demonstrado com segurança tenham sido assegurados, quando do interrogatório realizado pela autoridade policial, junto ao acusado, os direitos constitucionais deste, impositiva a declaração da nulidade da providência probatória, restando imperioso reconhecer sua imprestabilidade como meio de prova. Preliminar acolhida. Determinado desentranhamento de mídia do processo.*

*2. Preliminar de nulidade por cerceamento de defesa. No caso, verifica-se que, de fato, aportaram aos autos laudos periciais após o encerramento da instrução e antes da decisão de pronúncia. Contudo, referidos documentos não foram utilizados na decisão de pronúncia como elemento de convicção do julgador. A decisão atacada pronunciou o acusado com elementos probatórios que já constavam dos autos, pois, naquela ocasião, o juízo a quo entendeu presentes os indícios suficientes da autoria delitiva. De mais a mais, a decisão de pronúncia encerra apenas uma das fases do Tribunal do Júri, sendo facultado às partes, após a preclusão da decisão de pronúncia, arrolar testemunhas, acostar documentos e requerer novas diligências (artigo 422 do Código de Processo Penal). Preliminar de nulidade afastada.*

3. Não obstante a possibilidade de requisição de diligências em momento posterior ao encerramento da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, o órgão ministerial anexou aos autos documentos que contêm os depoimentos de possíveis suspeitos e testemunhas que não foram arrolados na denúncia, denotando que, ainda que por via transversa, o agente ministerial inclui elementos informativos em momento posterior ao oferecimento da peça acusatória, cujos relatos não foram contraditados pela Defesa técnica. Prefacial de nulidade acolhida.

4. No procedimento dos delitos dolosos contra a vida, ao juízo de pronúncia basta o convencimento quanto à materialidade do fato e a constatação de indícios suficientes de autoria ou participação. Assim é porque se trata de mero juízo de admissibilidade da acusação, do que resulta dispensável o grau de certeza inerente às sentenças de mérito. No caso, o conjunto de indícios integrantes dos autos é convergente a apontar a viabilidade acusatória, inclusive no tocante ao juízo de admissibilidade de parte das qualificadoras, afigurando-se impositiva a manutenção da pronúncia do réu.

5. Presente justa causa em relação aos crimes conexos denunciados – vilipêndio de cadáver, fraude processual e corrupção de menor – é impositiva a sua remessa a julgamento pelo Tribunal do Júri. Quanto ao crime conexo de ocultação de cadáver, segundo se observa da prova oral e documental aportada aos autos, a cabeça da vítima foi encontrada em via pública, acompanhada de documento de identificação, enquanto o restante de seu corpo estavam acondicionado em estopas e sacos plásticos à frente de um supermercado, sendo facilmente encontrado pelos transeuntes. Ausência de elementos indicativos da prática delitiva.

*Decisão de impronúncia que segue mantida.*

**RECURSO DEFENSIVO PROVIDO EM PARTE.**

**RECURSO MINISTERIAL DESPROVIDO."**

Houve a rejeição dos embargos de declaração opostos pela Acusação (fls. 1.132-1.138).

No recurso especial, é alegada a negativa de vigência ao art. 563 do Código de Processo Penal, sustentando que, ao reconhecer a existência de nulidade, "o órgão julgador deixou de observar a necessidade de indicação de prejuízo concreto causado ao investigado pela possibilidade de inobservância das formalidades legais atinentes ao ato de interrogatório (advertência acerca do direito ao silêncio)" (fl. 1.148).

Argumenta, ainda, que "[d]a mesma forma, no tocante à suposta nulidade parcial decorrente do fato de o Ministério Público, após a declaração de encerramento

*da instrução, ter anexado novos documentos aos autos, consistentes em depoimento de testemunhas, interrogatório do investigado colhidos na fase policial, bem como laudo pericial e relatório de investigação, ressalta-se que não foi causado qualquer dano ao réu, pois os documentos foram juntados aos autos regulamente e com antecedência, permitindo o exercício do contraditório e da ampla defesa sobre o seu conteúdo." (fl. 1.150).*

Pede o provimento do recurso especial, com cassação do acórdão recorrido.

Oferecidas contrarrazões (fls. 1.156-1.159), admitiu-se o recurso na origem (fls. 1.161-1.168).

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo provimento do recurso especial (fls. 1.182-1.190).

É o relatório.

Decido.

No tocante à nulidade do interrogatório, extrai-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fls. 1.104-1.105; sem grifos no original):

*"A Defesa suscitou nulidade do interrogatório prestado pelo acusado quando este não se encontrava com o auxílio de defesa técnica e não informado o seu direito constitucional ao silêncio, a qual é registrada na mídia acostada ao envelope de fl. 563. Na mídia de áudio, consta gravação de conversa entre a autoria policial e o acusado, produzida por aquela, a qual, segundo a defesa, teria sido perpetrada ao arrepio das garantias constitucionais.*

*Da análise da mídia constante no CD, verifica-se que o policial qualifica o acusado, mantém contato telefônico com a genitora do recorrente, questiona sobre a existência de advogado(a), ocasião em que a Delegada de Polícia sugere seja comunicada a Defensoria Pública e, na sequência, questiona o réu sobre a morte de Guilherme, suposto amigo do acusado. **Em momento algum, antes do início da execução do vídeo, autoridade policial orienta que o réu tem direito a permanecer em silêncio. Antes o contrário, menciona sobre os benefícios de uma confissão, instigando que o réu forneça elementos para dissolver a controvérsia narrada no caderno policial. E, segundo consta do termo de interrogatório aportado aos autos, o réu forneceu elementos sobre a dinâmica e a motivação do crime.***

*Da análise do conteúdo do CD, não é possível aferir, com segurança, tenha a autoridade policial procedido à observância das garantias constitucionais ao acusado, em especial quanto ao direito de permanecer em silêncio sobre as acusações que estavam lhe recaindo.*

*Desse modo, não demonstrando com segurança tenham sido assegurados os direitos constitucionais do acusado, impositiva a declaração da ilicitude da providência probatória, restando imperioso reconhecer a sua imprestabilidade como meio de prova."*

Como se verifica, o Tribunal de origem considerou ser nulo o interrogatório, pela ocorrência de cerceamento de defesa, não apenas em razão da falta de orientação acerca do direito ao silêncio, mas, também, porque o Delegado de Polícia teria instigado o Recorrido a fornecer elementos para a controvérsia, bem assim mencionado sobre os benefícios de uma confissão. As razões do recurso especial, entretanto, não refutaram esse fundamento, mas se limitaram a sustentar não ter havido demonstração do prejuízo, o que atrai a incidência da Súmula n.º 283 do Supremo Tribunal Federal.

Outrossim, no tocante à nulidade pela juntada de documentos pelo Ministério Público após a instrução processual (depoimento de testemunhas), asseverou a Corte *a quo* (fl. 1.108; sem grifos no original):

*"Diverso, contudo, é o desfecho em relação aos documentos anexados às fls. 798-814, ponto em que assiste razão à Defesa. É que, não obstante a possibilidade de requisição de diligências em momento posterior ao encerramento da primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, consoante acima exposto, percebe-se que os referidos documentos contêm os depoimentos de possíveis suspeitos e testemunhas que não foram arrolados pelo órgão ministerial na denúncia, denotando que, ainda que por via transversa, o **agente ministerial inclui elementos informativos em momento posterior ao oferecimento da peça acusatória, cujos relatos não foram contraditados pela Defesa técnica.***

*Não se desconhece do entendimento de que, em processos de competência do Tribunal do Júri, os senhores jurados examinam os autos em sua integralidade, sem a necessidade de justificarem em quais elementos angariaram sua convicção. E justamente em razão da referida circunstância, entendo que se deve ter parcimônia com elementos que aportaram aos autos, em especial aqueles requisitados pelo órgão ministerial ao arrepio da ampla defesa e do contraditório, ainda que não tenham sido utilizados pelas partes após o encerramento da instrução."*

Nesse aspecto, a Corte estadual entendeu haver cerceamento de defesa porque, ao juntar os depoimentos de pessoas que não foram arroladas na denúncia, o *Parquet* acabou por incluir elementos informativos na peça acusatória, sendo que tais relatos não foram contraditados pela Defesa. Também nesse ponto, não houve impugnação

# *Superior Tribunal de Justiça*

ao fundamentos, mas simplesmente alegou-se não ter havido demonstração do prejuízo. Assim, de igual maneira, tem incidência o já mencionado óbice da Súmula n.º 283 do STF.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora